

**A ECONOMIA E A CULTURA DA COLETA DA CASTANHA ENTRE OS GAVIÃO
DE RONDÔNIA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO**

**THE ECONOMY AND CULTURE COLLECTION OF THE NUT AMONG THE
RONDÔNIA HAWKS: A ETHNOGRAPHIC**

Ari Miguel Teixeira Ott¹
Lediane Fani Felzke²

RESUMO

A etnia Gavião, que se autodenomina Ikólóéhj, é composta por cerca de 500 indivíduos e reside na Terra Indígena Igarapé Lourdes localizada no município de Ji-Paraná – RO. A partir do contato interétnico ocorrido há 50 anos, este povo foi inserido na lógica do mercado recorrendo ao comércio de inúmeros produtos de sua terra para ter acesso às mercadorias que se tornaram necessárias com o contato no “mundo dos brancos”. A extração e comércio da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*, Humb. e Bonpl.) é parte deste processo. Utilizando-se do método etnográfico como procedimento de pesquisa, investigou-se os motivos que permitem que esta atividade tenha supremacia sobre os projetos implantados pelo órgão indigenista oficial – a FUNAI; constituindo-se, em função disso, na principal fonte de renda desse povo. A coleta da castanha, para além de sua importância econômica, ativa elementos simbólicos significativos para a etnia, possibilitando a troca de conhecimento entre as gerações e o retorno às origens, vivenciando-se o estilo de vida antigo no interior da floresta. Ela ultrapassa a razão prática, reativando memórias e a identidade cultural. Por consequência, dentre as atividades desenvolvidas, é a que apresenta maior aceitabilidade junto à comunidade.

Palavras-chave: Etnia Gavião-Ikólóéhj; Castanha (*Bertholletia excelsa*); Subsistência; Rondônia.

ABSTRACT

The Gavião ethnicity, who calls himself Ikólóéhj, consists of approximately 500 individuals and lives at the Indigenous Land Igarapé Lourdes in the municipality of Ji-Paraná - RO. From the interethnic contact occurred 50 years ago, this people was inserted into the logic of the

¹ Doutor em Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília; Especialista em Gestão de Programas de Cooperação Técnica Internacional pela Universidade de São Paulo; Aperfeiçoamento em The Center for Total Quality Schools pelo The College of Education – PennState university; Graduado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia; Professor Associado 1 da Universidade Federal de Rondônia; Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia – CESIR”; Associado a diversas Associações Científicas. (Porto Velho, RO/Brasil). E-mail: ariott@uol.com.br

² Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia; Especialista em Docência Universitária pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná; Especialista em História do Brasil e Graduada em História pela Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras; Professora do Instituto Federal de Rondônia; Professora Titular do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná. (Ji-Paraná, RO/Brasil). E-mail: ledianeff@yahoo.com.br

market using the trading of several products of their land to gain access to goods that have become necessary to deal with the called "civilized world". The extraction and trade of the Brazilian nuts (*Bertholletia excelsa*, Humb. And Bonpl.) is part of this process. Using the ethnographic method as a research procedure, we investigated the reasons that allow this activity has supremacy over the projects implemented by indigenous official agency - the FUNAI, constituting, according to that, the main source of income of that people. The collect of nuts, in addition to its economic importance, active significant symbolic elements to ethnicity, allowing the exchange of knowledge between generations and the return to origins, living the lifestyle inside the ancient forest. It exceeds the practical reason, reactivating memories, and cultural identity. Consequently, among the activities, it shows greater acceptance in the community.

Keywords: Gavião ethnicity; Brazilian nuts; Rondônia.

1. Introdução

A castanha (*Bertholletia excelsa*, Humb. & Bonpl.) está incorporada aos hábitos alimentares das etnias amazônicas desde tempos imemoriais. Sua coleta era realizada de maneira parcimoniosa durante o ano, pois os ouriços, mesmo após caírem durante os meses de novembro a janeiro, se não forem consumidos pelas cotias, podem ser coletados nos meses seguintes. Atualmente, entre as comunidades indígenas da Amazônia, o objetivo é a comercialização imediata, pois a venda da castanha representa uma importante fonte de renda. Entre os Gavião Ikólóehj da T.I. Igarapé Lourdes a extração dessa amêndoa é intensa entre os meses de novembro e janeiro, quando famílias inteiras deixam suas aldeias e tornam-se trabalhadores extrativistas.

Neste trabalho, analisa-se a coleta e comercialização da castanha, demarcando a importância dessa atividade junto a cultura e a organização social dos Gavião, desde o período anterior ao contato com os brancos até o momento atual. O objetivo fundamental foi compreender os motivos da coleta e comercialização da castanha *in natura* ter supremacia sobre os projetos implantados pelo órgão indigenista oficial – a FUNAI, representando a principal fonte de renda da etnia. Constituíram-se sujeitos da pesquisa os indígenas da etnia Gavião moradores do Posto Indígena Ikólóehj que se envolveram direta ou indiretamente na coleta e comercialização da castanha. Em especial, acompanhamos por duas semanas a coleta de castanha na floresta, convivendo com uma família extensa composta por três famílias nucleares, incluindo homens e mulheres adultos, jovens e crianças.

2. Os contatos dos Gavião de Rondônia

Os Gavião, que se autodenominam Ikólóéhj, pertencem ao tronco lingüístico Tupi, família Mondé (MONTSERRAT, 1998). Habitavam tradicionalmente a margem esquerda do Rio Branco, no atual estado do Mato Grosso. Por volta dos anos 40 do século passado, hostilizados por fazendeiros e pelos Cinta-Larga, passaram a residir no Igarapé Lourdes, junto aos Arara que ali habitavam, no que seria depois o Estado de Rondônia. Os Arara, habitantes tradicionais desta região, já tinham um contato regular com seringueiros desde os anos 40. Foi através deles que os Gavião se relacionaram regularmente com o mundo dos brancos.

Ambas etnias, porém, não escaparam da depopulação provocada pelos contatos beligerantes e pelas doenças. Ainda que os dados demográficos sejam escassos, estima-se que antes do contato os Gavião eram 600 e os Arara 800. Em 1966, quando foram alcançados pelos missionários e pelo SPI estavam reduzidos a 100 Gavião e 50 Arara (LEONEL, 1983). Atualmente somam cerca de 500 indígenas distribuídos pelas duas aldeias principais: Ikólóéhj e Igarapé Lourdes e por dez aldeias menores no interior da Terra Indígena.

A inserção no “mundo dos brancos”, além da drástica redução populacional, trouxe consigo mudanças na organização social, na produção de bens, nos rituais tradicionais, na relação com a natureza e no sistema econômico. O contato com a sociedade capitalista foi expresso pela introdução de novas mercadorias e necessidades de consumo no cotidiano das aldeias. Necessidades essas somente atendidas pelo apelo constante de “ganhar dinheiro”.

A subsistência tradicional dos Gavião implicava um semi-nomadismo na região situada entre o Rio Branco (MT) e o Rio Machado (RO), onde os grupos familiares migravam na medida de suas necessidades. A demarcação que garantiu a posse da terra foi a mesma que limitou esta forma milenar de subsistência. Ao mesmo tempo em que se tornaram mais sedentários, foram inseridos de maneira intensa no modo de produção capitalista. Essa inserção provocou, por um período, uma utilização predatória e ecologicamente insustentável da área da reserva. Por parte dos indígenas isso ocorreu através da venda ilegal de madeira entre os anos de 1986 a 1997, prática hoje coibida. Por parte dos órgãos oficiais, especialmente a FUNAI, isso se processou pela implantação de grandes roças, com cultivares capazes de atender o consumo e gerar excedentes para os mercados regionais.

É possível classificar a etnia Gavião como sendo um povo indígena de comércio recorrente. Nessa categoria a produção para venda já é incorporada no cotidiano e nas práticas culturais do povo (LIMA; POZZOBOM, 2005). As mercadorias deixam de ser apenas a marca de um status diferenciado e passam a ser consideradas indispensáveis para o dia-a-dia. Nas comunidades da TI Igarapé Lourdes a castanha ocupa lugar de destaque como fonte de

renda constituindo-se, atualmente, no principal produto comercializado pelos índios Gavião suplantando o milho, a farinha, o arroz e o feijão.

3. Quando a *mav gáhv* (castanha) deixou de ser comida

A castanha é apreciada pelos europeus desde o século XVII quando expedições ultramarinas passaram a explorar as chamadas “drogas do sertão”. Afirmo Stoian (2004) que, “ya em 1633, Europa importaba la castaña como artículo de lujo, realizando el primer embarque, desde Pará, a bordo de um navio holandês [...]” (STOIAN, 2004, p.90). O comércio sistemático articulou-se a partir dos primeiros anos do século XIX com o porto de Belém tornando-se seu principal exportador (BAIDER, 2000).

No entanto, passou a fazer parte significativa da economia amazônica no início do século XX, quando o mercado da borracha experimentou seu primeiro colapso. Ela surgiu, junto a outros produtos da floresta (com destaque para o óleo de copaíba), como uma alternativa de sobrevivência econômica para milhares de trabalhadores migrantes que povoaram a Amazônia em busca do “Eldorado”, ampliando o caminho para as matas do interior (DA MATTA; LARAIA, 1978).

Nos primórdios da “descoberta” da castanha como fonte de renda e em função da disputa pelo domínio dos castanhais, as etnias locais foram alijadas do processo. De um lado, porque havia mão-de-obra suficiente para proceder ao extrativismo da castanha; de outro lado, porque os indígenas não tiveram interesse imediato em explorar esta riqueza potencial de suas terras, dado que para eles a castanha era comida, destinada a suprir as deficiências alimentares nos períodos de penúria. Quando os índios, paulatinamente, foram inseridos na economia local devido às contingências do contato interétnico, a castanha passou a ser uma mercadoria, possibilidade concreta de obter renda.

A inclusão das comunidades indígenas no ciclo comercial da castanha, independentemente da região ou do estado, processou-se dentro do sistema de aviamento. O contato do índio com os comerciantes locais transformou-os, de certa forma, em trabalhadores regionais servis, contribuindo para uma série de perdas: de qualidade de vida, de sustentabilidade econômica e ecológica, de laços de parentesco, do vigor físico e, por fim, perdas significativas do *ethos* cultural. Embora se assemelhe em alguns aspectos a esse quadro geral, a maneira como os Ikólóéhj se inseriram no extrativismo da castanha com fins comerciais teve suas especificidades. Os seringueiros, por volta dos anos 60, foram os primeiros a trocar a castanha por mercadorias. Depois os índios passaram a coletar a noz para

venda direta aos comerciantes (conhecidos como marreteiros), que viajavam pelos rios e igarapés de Rondônia, negociando produtos com seringueiros.

Parece não ter havido disputa pelos castanhais com trabalhadores regionais, pois, da mesma forma que os seringalistas convenceram os índios a extrair primeiramente o caucho e depois a seringa, também o fizeram com relação à castanha. Neste sentido, a castanha passou a constituir uma fonte de lucro a mais para o seringalista. Segundo depoimentos das lideranças mais antigas, que eram jovens nos primeiros tempos do contato, eles se transformaram praticamente em escravos, trocando seringa e castanha na beira do rio por facões e outras bugigangas.

A terra passou a ser disputada a partir da década de 70 com a chegada dos migrantes que vieram para as frentes de colonização implantadas no estado de Rondônia, primeiro por empresas privadas e, posteriormente, a partir dos anos 80, pela colonização oficial em larga escala promovida pelo Governo Federal através do INCRA (OTT, 2002).

A primeira tentativa mais organizada e autônoma por parte dos Gavião de se inserir no comércio da castanha ocorreu em 1977 conforme relatório escrito por Moore (1978) que, naquele momento, encontrava-se entre eles, no PIN Igarapé Lourdes. Mas as dificuldades de transporte, aliado ao alto custo com combustível e piloto dos barcos, que consumia parte significativa dos lucros, desanimou os indígenas. Eles abandonaram temporariamente a coleta da castanha e se dedicaram à extração do látex, mais rentável, e ao comércio da madeira (LEONEL, 1984). Somente após o declínio destas duas atividades, em meados da década de 90, é que a coleta e venda da *B. excelsa* tornaram-se sistemáticas.

Esta nova forma de produção econômica trouxe consigo uma série de situações adversas. Observamos para os Gavião a mesma realidade registrada pela literatura: “todas as vezes que o índio vendeu sua castanha e comprou mantimentos na cidade, ele foi sistematicamente explorado” (DA MATA; LARAIA, 1978, p.170). A maior parte da colheita era comercializada com um único atacadista da cidade de Ji-Paraná desde o ano de 1988, embora a intensificação deste comércio tenha ocorrido por volta de 1996, ano que delimitou o fim do corte de madeira. A pesagem e a apuração da quantidade de castanha comercializada não eram controladas pelos indígenas, que aceitavam os valores estipulados. Recentemente, com a melhoria da formação educacional, este povo está buscando uma maior autonomia com relação à venda da castanha.

4. Padrões tradicionais e atuais de subsistência dos Gavião

Os Gavião subsistiam das suas roças de milho mole (ma'eg tere), mandioca (xíbòja), batata doce (vitíg'a), cará (mojà). A proteína animal era garantida pela caça e pesca, os tempos de seca (meses de agosto a outubro) eram reservados para a pesca com o timbó³. Além disso, nas chuvas, havia a coleta de frutos tais como a pama (meses de novembro e dezembro) e a castanha, que era preferida verde, ainda com muito leite (mav gíri).

A unidade mínima de habitação era a família extensa que morava em uma única maloca distante das outras, talvez com o intuito de evitar conflitos. Esta maloca, que por vezes se mostrava circular e outras vezes ovalada, conforme diferentes descrições, era liderada pelo zavidjaj, o patriarca da família extensa.

O padrão de subsistência modificou-se à medida que o contato com o “mundo do branco” foi se intensificando; no entanto, a essência da economia tribal permaneceu quase inalterada. Os “ciclos” de caucho, seringa, peles e finalmente castanha, inicialmente serviam para atender as necessidades criadas pelo contato tais como roupas, sabão, sal, açúcar e armas, mas não substituíram a subsistência tradicional.

As roças nunca foram coletivas, no máximo, eram organizadas pelas famílias extensas, mas o padrão mais corriqueiro era o de famílias nucleares. Esta constituição explica porque fracassaram as roças coletivas organizadas pela FUNAI no PIN Igarapé Lourdes na década de 80. Em função dessas ações, as roças das famílias nucleares, foram momentaneamente abandonadas, sendo retomadas após a constatação de que o modelo de coletivização não traria a subsistência necessária para a aldeia.

No decorrer do contato com os Gavião, a FUNAI implementou algumas atividades econômicas típicas das formas de trabalho dos pequenos produtores rurais de Rondônia, embora conflitantes com o *modus vivendi* indígena, como lavouras de milho, feijão, arroz e mandioca, pecuária leiteira e de corte. Os resultados foram parcos, quando não fracassos absolutos, pois foram projetos⁴ que não levaram em consideração os costumes e os conhecimentos tradicionais.

Aproximadamente cinquenta anos após o contato os Gavião incorporam às suas práticas tradicionais de subsistência, algumas das quais modificadas em função da economia de mercado (como é o caso da castanha), as culturas exóticas introduzidas pela FUNAI. Além disso, foram introduzidas novas formas de renda como os salários, aposentadorias e outros

³ Dajav tápóh – determinados cipós venenosos (*Caryocar glabrum*; *Clibadium silvestre*; *Euphorbia cotinifolia*; *Lonchorarpus urucu*; *Phyllanthus brasiliensis*; *Ryania speciosa*) que, batidos na água, matam ou deixam os peixes num estado de dormência tal que se torna fácil capturá-los. Consiste na forma mais conhecida de pesca pelas etnias amazônicas de terra firme (SCHRÖDER, 2003).

⁴ Para uma visão do resultado dos projetos implementados entre 50 etnias brasileiras por diferentes executores, desde ONGs até a FUNAI, ver Schröder (2003).

benefícios pagos pelo Estado. No entanto, essa realidade não os impediu de manter as roças tradicionais. Ao serem questionados, se havia necessidade de “fazer roça”, mesmo com a renda da castanha, os homens demonstraram espanto: “isso não existe! A roça pra nós é sagrada”. Co-existem, portanto, a economia de mercado e a indígena.

O quadro a seguir indica esta simbiose entre as diferentes alternativas de renda. Ainda que a comercialização de castanha seja monetariamente mais significativa, os outros produtos garantem a subsistência.

Quadro 01 - Renda obtida pelo PIN Ikólóéhj com a venda de produtos⁵.

Produto/ano	2006	2007
Milho	R\$ 12.000,00	R\$ 21.600,00
Arroz	Subsistência	R\$ 2.200,00
Castanha	R\$ 25.047,50 ⁶	A realizar
Feijão	Subsistência	Subsistência
Farinha	Subsistência	Subsistência
Artesanato	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis

Fonte: Relatório de Projeto (FUNAI, 2003).

O último projeto desenvolvido no PIN Ikólóéhj foi o “Projeto de Apoio às Atividades Produtivas Agropecuárias em Terras Indígenas”, realizado em parceria com o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA)⁷, a Secretaria da Agricultura, a EMATER, a FUNAI, a prefeitura de Ji-Paraná e a comunidade indígena. Este projeto foi implementado entre 1997 e 1999 e previa bovinocultura de leite com a instalação de cercas e curral com aquisição de 25 vacas leiteiras, piscicultura com a instalação de represa, criação de galinha caipira, cultura de milho, arroz, mandioca, feijão, pupunha, consórcio agroflorestal café-teca, armazenamento/beneficiamento com a implantação de barracão e escritório, aquisição de moenda de cana,

⁵ Uma série histórica de dados mais consistentes seria desejável para entender a dinâmica de comercialização dos Gavião com a sociedade envolvente, mas eles não existem. O setor de atividade produtiva do NAL de Ji-Paraná limita-se à distribuição de instrumentos de trabalho (facões, enxadas, foices) e sementes que são patrocinadas pela EMATER.

⁶ Levando-se em conta apenas o que foi comercializado nos dias 14 e 15 de dezembro que consistiam em aproximadamente 16 toneladas, segundos dados da FUNAI e do comprador, o total comercializado em 2006 chegou a 38 toneladas.

⁷ Nomenclatura sob a qual ficou conhecido o projeto: “Projeto Mara”.

trator, grade niveladora, roçadeira, perfurador de solo, grade roma, carreta para transporte e conjunto para irrigação que não chegou até a comunidade (EMATER, 1999).

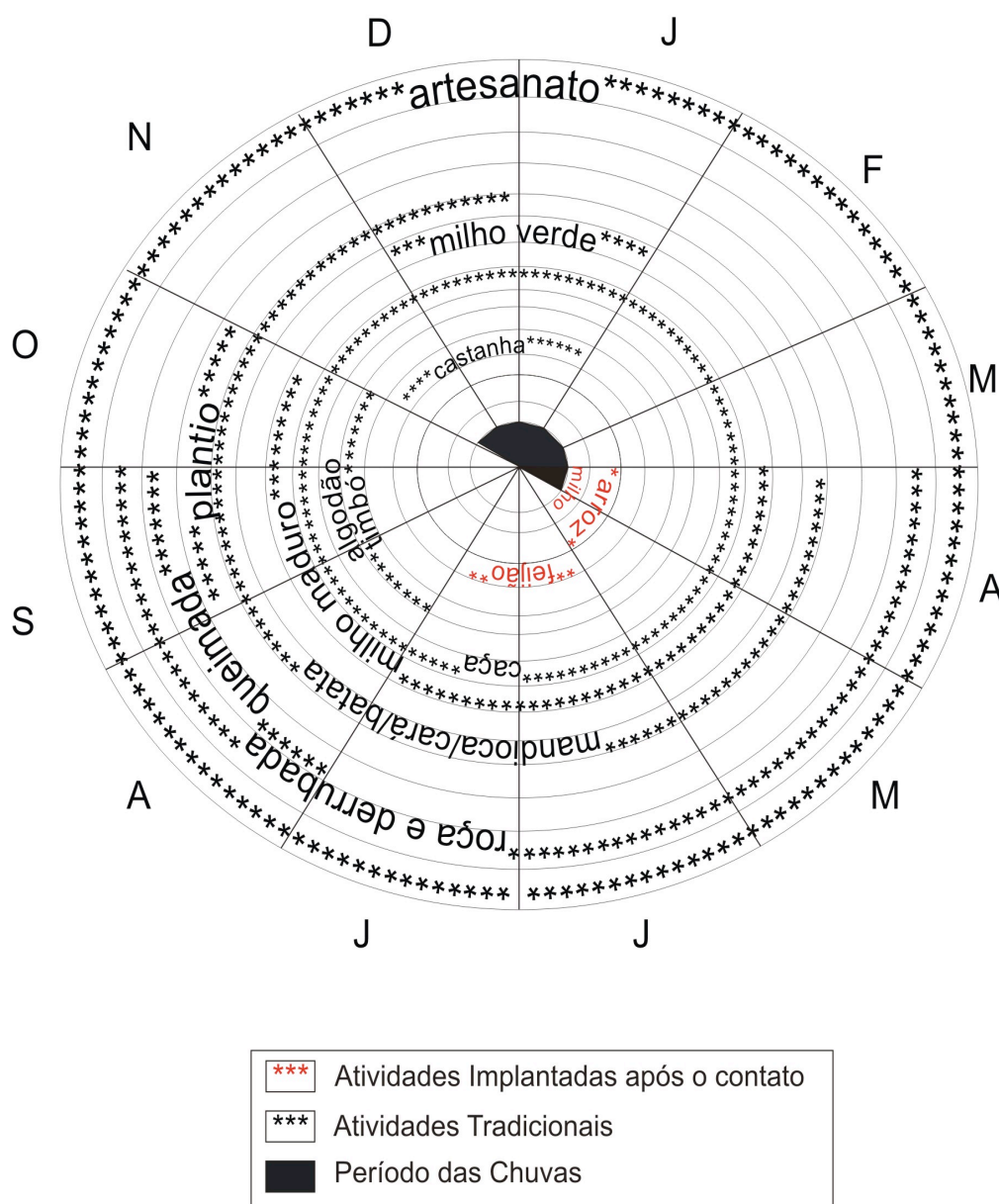
Ainda que os projetos e seus objetivos sejam meritórios constata-se a visão equivocada do órgão indigenista e seus parceiros, propondo atividades econômicas desconectadas do mundo indígena e da conservação da biodiversidade (POSEY, 1996). O resultado desta política de transformar os povos indígenas em pequenos agricultores familiares é, após uma década de implantação do projeto, desastroso: a represa é improdutiva, o gado leiteiro sobrevivente foi dividido entre as lideranças de acordo com as regras de parentesco, o café sem produzir uma colheita sequer, o arroz incipiente, os equipamentos em estado precário, permanecendo a maior parte do ano inutilizado por falta de manutenção.

Por outro lado, a coleta da castanha, atividade tradicional dos povos indígenas, embora atualmente com enfoque diferenciado, não necessitou de projeto específico para ser implementada. O relatório da FUNAI (2003) informa que “já faz parte do calendário das atividades dos índios Gavião entre os meses de outubro a dezembro, dedicarem a coleta da Castanha-do-Pará. Apesar de ser uma atividade de curto ciclo, é uma das maiores fontes de renda para os índios” (FUNAI, 2003, p. 9).

Independentemente das tentativas e fracassos com a implantação de projetos exógenos à cultura indígena, as atividades relacionadas às tradições dispensam projetos especiais para seu funcionamento. O artesanato, por exemplo, é confeccionado sem que seja necessário estímulo externo. São atividades que fazem parte do “ser índio”, impregnadas de elementos simbólicos e, como tais, feitas com prazer. Em contrapartida os modos de produzir do “branco”, importados para dentro do mundo do índio, sofrem uma resistência significativa.

Pode-se perceber, na figura a seguir, construída coletivamente (com base em MEGGERS, 1987), que a coleta da castanha situa-se no intervalo de tempo que não compromete as demais fontes de sustento. Pelo contrário, ela integra de tal forma o ciclo de subsistência que não compete com as outras atividades tradicionais.

Figura 1 - Ciclo anual de subsistência da etnia Gavião.



Fonte: Adaptado de Meggers (1987)

5. Em busca da autonomia perdida

A etnia Gavião, em 2006, tomou para si a iniciativa de venda da castanha. A Organização Padereéhj articulou reuniões nas Aldeias Ikólóéhj e Castanheira para discutir junto a estas comunidades a melhor forma de comercialização. Concordaram com a união entre todos os membros da comunidade no processo de venda da castanha, coibindo a prática exploratória dos compradores. Discutiram a necessidade de organizar uma venda coletiva da produção, aumentando o poder de barganha e obtendo melhores preços pelo produto. Quando

o coordenador da Padereéhj anunciou o preço que os compradores de Ji-Paraná pretendiam pagar pela castanha, o semblante de todos se fechou. Uma decepção generalizada tomou conta da escola indígena Zavidjaj Xikov Pi Pòhv, local da reunião. Os mais velhos se manifestaram em relação ao preço: “tá bom não”⁸. A opção de se construir um depósito para armazenar a produção e negociar melhores preços foi considerada, mas logo descartada por se constatar que a pressa para a comercialização não se efetiva em função de uma questão logística e sim em função da premência econômica (ORGANIZAÇÃO PADEREÉHJ, 2007)

No decorrer da reunião os participantes foram informados que duas famílias se anteciparam, viajando para suas malocas de origem para realizar uma prospecção de castanha. Este é o procedimento costumeiro. Embora a coleta seja realizada pela família extensa, alguns dias antes desta embrenhar-se na floresta, um grupo menor dirige-se ao local da coleta para organizar o “tapiri”⁹ e realizar um levantamento da abundância ou carência das castanheiras. A família extensa é a unidade econômica mínima das etnias da terra firme amazônica, lógica esta que permanece no âmbito desta atividade extrativista.

Estas reuniões são rotineiras entre os Gavião. Todas as decisões são tomadas coletivamente. Mas estas foram as primeiras reuniões organizadas especificamente para tratar da venda coletiva da castanha. O objetivo da Organização Padereéhj é que os Gavião fiquem livres do aviamento para obter maior autonomia em relação à venda de seus produtos. Embora grande parte da produção tenha sido comprada por um único comerciante, verificou-se que isso aconteceu porque foi ele quem ofereceu o melhor preço. Segundo dados da FUNAI (2006), foram comercializados cerca de 38.000 Kg de castanha no PIN Ikólóéhj. Destes, aproximadamente 17.000 Kg foram comercializados em dois dias, com o comprador principal.

Um fato interessante observado é que, enquanto a literatura a respeito da economia da castanha utiliza o hectolitro como unidade de medida, os Gavião negociaram com o atacadista por quilo. O hectolitro tornou-se a unidade de medida preferencial para a comercialização na Região Amazônica em função da praticidade de controle que esta medida proporcionou no decorrer dos anos, devido ao isolamento das comunidades no interior da floresta e a dificuldade de se carregar uma balança. Consiste num caixote ou saco onde é acondicionado o conteúdo de 5 latas de querosene, seu equivalente em quilos oscila entre 50 a

⁸ Segundo o coordenador, o atacadista propôs pagar R\$1,30 pelo quilo da castanha enquanto uma empresa de extração de óleo recentemente instalada no município pagaria R\$1,40.

⁹ O tapiri consiste numa cabana com estrutura feita de vara e galhos cortados da floresta, amarrados com cipós e/ou fibra da casca de envira e coberta de palha, servindo de acampamento para as incursões na mata.

60 kg, variando conforme a umidade da amêndoa. Esta é a unidade invariavelmente utilizada para a exportação, no entanto, no comércio interno prevalece a negociação em quilo.

A julgar pelo histórico dos Gavião, esta iniciativa mostrou-se inédita e, embora possa parecer insignificante, para um observador mais atento constituiu-se num passo ousado na construção da autonomia deste povo. Paralelamente, amplia-se a percepção de que, para as populações indígenas assumirem uma autonomia plena, é necessário fortalecer suas organizações. A proposta da Padereéhj é encontrar mercados alternativos para a comercialização da castanha.

Como resultado desta articulação verificou-se uma estratégia de venda mais organizada e vantajosa em comparação aos anos anteriores. Outro reflexo desta articulação foi a indicação de um representante da etnia para, juntamente com o técnico da FUNAI, acompanhar a pesagem e o pagamento, à vista, dos sacos de castanha diretamente às famílias. O atacadista, como tem se repetido desde os anos 90, praticamente monopolizou a compra de castanha pagando R\$1,50 pelo quilo da mesma. É importante frisar que este preço foi atingido em função da intermediação da FUNAI que entrou em acordo com o comerciante. Após a primeira semana de vendas, a castanha passou a ser comercializada a R\$1,00 o quilo.

A coleta de 2006, com raras exceções, não foi acompanhada de processo de aviamento. A comunidade acionou seus parceiros, para levar as famílias até os pontos de coleta da castanha. O principal comprador de castanha do município não participou do transporte das famílias até os pontos de coleta na floresta, e não aviou a compra. Assim, na venda da mercadoria, embora o preço do quilo da castanha permanecesse aviltado, não foram realizados os descontos costumeiros, tais como transporte, alimentação e combustível. A forma de comércio adotado pelo atacadista consiste em buscar os sacos de castanha nas aldeias com o caminhão. Nesta circunstância, leva a balança para pesar os sacos na hora, calcula e paga à vista aos donos da mercadoria. Esta forma de comercializar é bem vista pela comunidade.

Quadro 2 - Castanha comercializada entre 14 e 15 de dezembro de 2006 pela comunidade do PIN Ikólóéhj.

Local de coleta	Volumes	Peso (Kg)	Valor percebido
Serra da Providência	42	2.179	R\$ 3.268,50
Próximo da Aldeia Ikólóéhj	23	1.382	R\$ 2.088,00
Final da Área	16	861	R\$ 1.291,50
José Antônio	62	3.130	R\$ 4.695,00
Castanheira	49	2.652	R\$ 3.968,00
Akovaá e Nova Esperança	53	2.679	R\$ 4.018,50
Cascalho e Tucumã	26	1.169	R\$ 1.753,50
Zezinho	38	1.856	R\$ 2.784,00
Madeirinha	13	787	R\$ 1.180,50
TOTAL	322	16.695	R\$ 25.047,50

Fonte: Vatúnu Gavião (2006).

Destes dados importa ressaltar que a coleta de castanha resultou na quantia de pouco mais de vinte e cinco mil reais. Para uma sociedade que, ao longo do ano, encontra-se sempre enredada com o problema de geração de renda para fazer frente às necessidades de consumo de produtos do mundo do branco, a possibilidade de auferir capital diretamente da natureza, sem praticamente qualquer investimento ou custo, é muito importante.

6. A coleta da castanha como atividade simbólica

No mito de criação do mundo dos índios Cinta Larga - tupi mondé como os Gavião - os clãs que formam a etnia foram criados por Ngurá (Deus - Goráh para os Gavião) a partir das relações sexuais que este manteve com o ouriço da castanha (de onde surgiu o clã Mãm Ey, descendentes da castanha); com a árvore Kabãn (de onde surgiu o clã Kabãn Ey descendentes da árvore) e com o fruto do cipó Kakîn (de onde surgiu o clã Kakîn Ey descendentes do fruto do cipó).

Pichuvy Cinta Larga (1988) narrou este mito da seguinte forma:

[Ngurá pensou] Como é que eu vou fazer gente, como eu vou fazer? [...] Primeiro ele transava o coco da castanha. Coco da castanha tem boca que cabia Jibaca¹⁰ dele. Aí zup¹¹ ficou lá dentro castanha. Aí Ngurá viu já. Aí viu neto transando coco de castanha. Gente já nasceu dentro de castanha. Abelha ta comendo zup lá dentro. Neném fica gritando nhem... nhem.... Por isso Ngurá veio olhar e viu neném. Por isso neném começa a nascer igual de gente mesmo. Aí Ngurá foi lá ver e tirou indiozinho e foi gente começando aumentar. Quem foi nascido de coco de castanha Ngurá chamou Mâm Ey, que castanha não chama Mâm? (CINTA LARGA, 1988, p. 18)

A castanha, portanto, está mitologicamente ligada a existência da etnia, ou de pelo menos, parte dela. Ngurá precisou da castanheira para criar seus filhos. Entre os Gavião a castanheira também aparece no seu mito fundador, mas de forma diversa. A narrativa de Sorabáh Digüt para Mindlin (2001), revelou que Goráh (Deus) fez um irmão Betagap a partir do tronco de uma árvore. No entanto:

Goráh castigava muito Betagap. Mandava passar fome, mandava subir na castanheira. Quando estava com fome, Goráh dizia: - Aqui tem castanha pra gente comer! Então Goráh desaparecia. - Ei, cadê você, Goráh? Goráh aparecia bem no alto da castanheira. - Ei, Goráh, como é que você subiu aí? - Ora, subindo! Subi como folha voando! Você voa, também! - Como é que eu vou voar, Goráh? Betagap tentou voar, mas tinha corpo muito pesado, caía e se machucava. (MINDLIN, 2001, p. 89)

Assim, Goráh maltratava Betagap, mandava cortar ouriço da castanha no Joelho. Depois de comer a castanha, Goráh ficou com sede, levou Betagap para tomar água debaixo da pedra, quando deslocou a pedra virou rio e mar, foi assim que Goráh criou os rios e o mar.

Neste mito, a castanheira aparece como provedora de comida, para onde se recorre quando se tem fome. Ela está relacionada à subsistência do próprio Criador, faz parte da cosmologia Gavião. É verossímil, portanto, que as atividades ligadas a ela estejam permeadas de razões simbólicas, além da motivação econômica. Razões que se mostraram em vários momentos do decorrer da coleta, acompanhando uma família na floresta. Durante as noites, quando todos estavam acomodados em suas redes, estes elementos simbólicos mostravam-se em sua plenitude. As histórias das caçadas eram as preferidas. Neste sentido, foi interessante notar a relação dos homens com o arco e a flecha. Como foi descrito anteriormente por Pierre Clastres (1978) em sua análise junto aos Guaiáqui do Paraguai, o arco é a marca por excelência da masculinidade, enquanto o cesto é o sinal da feminilidade.

Desde o contato interétnico, o arco e a flecha vêm sendo substituídos pelas armas de fogo como instrumentos de caça. Para estes dias de floresta, porém, junto com os rifles e as espingardas, vieram os arcos e as flechas. À noite, após a chegada da coleta, os homens

¹⁰ Dzibaga – pênis (CINTA LARGA, 1988).

¹¹ Dzup – esperma, sêmen (CINTA LARGA, 1988)

destinavam tempo para afiar as pontas de suas flechas, verificando a pontaria das mesmas com tal capricho que se podia pensar que seriam utilizadas no dia seguinte. Na maior parte do tempo, porém, elas ficaram no canto do tapiri, sem serventia, salvo uma única exceção, quando um dos homens caçou um nambu “na tocaia”, tarefa imprópria para uma arma de fogo.

O resto do tempo os arcos e as flechas ficaram num canto, inúteis do ponto de vista material, mas cumprindo uma representação simbólica significativa. Era como se a presença daqueles instrumentos revivesse o modo de vida dos antepassados, como se os tempos “de antigamente” se apresentassem na atualidade. Saber produzir e possuir arco e flecha e levá-los para a mata, mesmo que não sejam efetivamente utilizados, faz parte do “ser índio”, marca uma identidade étnica. Marca também uma diferença de gênero.

Esta análise reforça o tabu existente entre os Gavião de que as mulheres são proibidas de confeccionar arcos, flechas e cocares, enquanto os homens são proibidos de fazer colares, pulseiras e cestos. Ao mesmo tempo, explica porque eles levam o arco e as flechas para a floresta mesmo tendo espingardas a seu alcance. O arco constitui-se na principal marca da sua masculinidade. Ao afiar, a cada fim de tarde, as suas flechas, o homem reafirma sua condição de caçador e de homem em oposição à mulher.

Na floresta, os dias eram integralmente dedicados a coleta da castanha, com a família dividindo-se em duplas na procura dos ouriços. Depois do pôr-do-sol, com todos alimentados e recolhidos em suas redes, as horas eram dedicadas a contar histórias de suas vidas, das andanças pela região, dos marcadores naturais que permitem a orientação no mato, de tantos acontecimentos passados e presentes que configuram a tradição oral.

Do ponto de vista do cálculo econômico, ao final, eles admitiam que a atividade tinha rendido menos frutos do que o esperado. Mas, estavam todos satisfeitos pelos dias passados na mata. Ao que parece, coletar castanha promove uma reaproximação do índio com seu mundo pretérito, cada vez mais difícil de ser vivido.

7. Conclusões

A coleta da castanha é, atualmente, a principal fonte de renda acessível a todas as famílias da aldeia, já que os recursos advindos dos salários pagos aos professores indígenas, aos agentes indígenas de saúde e de saneamento, e das aposentadorias não alcança o universo do povo Gavião. É interessante notar que não foi necessário projeto específico para programar a coleta e o comércio da castanha. Como esta atividade faz parte da cultura do “ser índio”, ela

é realizada de maneira espontânea pelas famílias. Ou seja, projetos de desenvolvimento exógenos tendem a fracassar, se não levam em conta as especificidades étnicas.

Deve-se igualmente destacar que não ocorreu a tragédia dos comuns, preconizada por Garrett Hardin (1968). Pode-se especular que a exploração predatória de madeira praticada no passado pelos Gavião, tenha lhes ensinado a escapar desta armadilha social, evitando o conflito quando estão presentes os interesses individuais e o bem comum no uso de recursos naturais não renováveis. A coleta de castanha parece obedecer mais as concepções de Elinor Ostrom (1990), posto que nossas observações indicam uma relação sustentável entre os Gavião e o seu ecossistema, com arranjos institucionais mediados pela delimitação do território, pela auto-determinação da comunidade e pela configuração cultural.

A coleta da castanha é realizada por famílias extensas, mas cada família nuclear é responsável por seus sacos de castanha. No entanto, a renda que cabe a cada núcleo familiar é dividida por aqueles que contribuíram com a atividade, independentemente da quantidade coletada por cada homem, mulher, jovem ou criança. Para todos, mas especialmente para os jovens e as crianças, os tempos de coleta são preciosos momentos pedagógicos, quando os mais velhos repassam seus conhecimentos e sua sabedoria. Andar no mato, conhecer as plantas, retirar fibras, sangrar a copaíba, caçar a comida, construir tapiris, pescar com gongo, tecer a palha do babaçu, tirar mel, moquear as carnes, aprender os cantos, ouvir histórias, são importantes conhecimentos revisitados durante a coleta.

A renda obtida através da castanha não alterou significativamente os padrões de sustentabilidade tradicional da etnia. As famílias que coletam castanha não diminuíram as roças, ainda a principal fonte de subsistência deste povo. Os produtos adquiridos com o comércio da castanha são aqueles incorporados a partir do contato com o “mundo do branco” e não os produtos da alimentação básica: estes são fornecidos pelas roças tradicionais.

Os dias passados na floresta, a despeito do cansaço físico, são compensados pelos muitos simbolismos presentes. As longas caminhadas no interior da mata, os banhos de igarapé, a orquestração sonora de animais e pássaros, as noites de histórias e cânticos, configuram a coleta da castanha para além de uma atividade econômica. Ela se constitui também num retorno às origens, em uma coleta de tradições e memórias.

8. Referências

BAIDER, Claudia. **Demografia e ecologia de dispersão de frutos de *Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl. (Lecythidaceae) em castanhais silvestres da Amazônia Oriental**. Tese (Doutorado) pelo Departamento de Ecologia Geral do Instituto de Biociências da USP. São Paulo, 2000.

CINTA LARGA, Pichuvy. **Mantere ma kwé tînhin**: histórias de maloca antigamente. Belo Horizonte: SEGRAC/CIMI, 1988.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DA MATTA, Roberto; LARAIA, Roque de Barros. **Índios e castanheiros**: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

EMATER. **Projeto de Apoio às Atividades Produtivas Agropecuárias em Terras Indígenas**. Relatório de apresentação. Porto Velho, 1999. (Mimeo.)

FUNAI. **Relatório do projeto e das atividades produtivas realizadas no PIN Ikolen e aldeias em 2003**. Ji-paraná, 2003. (Mimeo.)

_____. **Relatório de atividades produtivas nas aldeias Gavião**. Ji-paraná, 2006. (Mimeo.)

HARDIN, Garrett. "The tragedy of the commons". In: **Science**. Nova Iorque, vol. 162, n. 3859, 1968, p. 1243 – 1248.

LIMA, Deborah; POZZOBOM, Jorge. Amazônia sócio-ambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**. v. 19. n. 54, p. 45-76, 2005.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia**: a ilusão de um paraíso. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1987.

MINDLIN, Betty. **Couro dos espíritos**. São Paulo: SENAC; Terceiro Nome, 2001.

MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. "Línguas indígenas no Brasil contemporâneo". In: GRUPIONI, L. D. (Org.). **Índios no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998.

MOORE, Denny. **Relatório sobre o Posto Indígena Lourdes da 8ª Delegacia Regional**, segundo as "Diretrizes de levantamentos de dados para elaboração de projetos". Junho 1975/janeiro 1978.

ORGANIZAÇÃO PADEREÉHJ. **Ata V Assembléia Ordinária**. 12 a 14 de fevereiro. Ji-Paraná, 2007.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons:** The Evolution of Institutions for Collective Action. Londres: Cambridge University Press, 1990.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos:** o Planaflores em Rondônia. Tese (Doutorado) em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Florianópolis, (2002).

POSEY, Darrel Addison. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In: PAVAN, Crodowaldo (org). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia. Brasília:** MMA; São Paulo: Memorial, 1996.

SCHRÖDER, Peter. **Economia indígena:** situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal. Recife: UFPE, 2003.

STOIAN, D. “Cosechando lo que cae: la economía de la castaña (*Bertholletia excelsa* H.B.K) en la Amazonia Boliviana”. In: ALEXIADES, M.N.; SHANLEY, P. (Eds.) **Productos forestales, medios de subsistencia y conservación de productos forestales no maderables.** Bogor: Cifor, 2004. v.3, pp. 89-116.